

SUMÁRIO

1

DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL	15
--	----

2

DO PATRIMÔNIO NACIONAL – BIOMAS	31
2.1. Proteção dos terrenos que preservam a natureza	33

3

NOÇÕES GERAIS DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	35
---	----

4

FONTES DO DIREITO AMBIENTAL	37
-----------------------------------	----

5

RESPONSABILIDADE CIVIL EM MATÉRIA AMBIENTAL	41
5.1. Poluidor	42

6

COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS	51
--	-----------

7

FORMAS DE REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL	63
--	-----------

8

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO DIREITO AMBIENTAL	73
8.1. Ônus da Prova	75

9

RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL	79
9.1. Quais são as penas para os infratores?	82
9.2. Prescrição	86
9.3. Informativos e súmula sobre responsabilidade administrativa	88

10

PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL	91
10.1. Desenvolvimento Sustentável	91
10.2. Prevenção e Precaução (clássico de provas)	92
10.3. Ubiquidade	94
10.4. Usuário-pagador	95
10.5. Informação	96
10.6. Princípio do limite	97
10.7. Responsabilidade comum, mas diferenciada	98
10.8. Protetor-Recebedor ou provedor-recebedor	99

10.9. Princípio do decrescimento sustentável	100
10.10. Poluidor-Pagador	101
10.11. Proibição do retrocesso ecológico (Efeito “cliquet”).....	102

11

LICENCIAMENTO AMBIENTAL..... 107

11.1. Fases da licença	109
11.2. Atuação Supletiva x Subsidiária	111
11.3. Competência	115
11.3.1. União Federal	115
11.3.2. Municípios.....	116
11.3.3. Estados Membros: competência residual	117

12

NOVA LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL..... 123

12.1. Tipos de licença.....	124
12.2. Prazos de validade das licenças	125
12.3. Pedido de renovação da licença.....	126
12.4. Atividades dispensadas de licença.....	127
12.5. Suspensão ou cancelamento da licença.....	130
12.6. Condicionantes urbanísticas.....	131
12.7. Procedimentos	131
12.8. Estudos ambientais	134
12.9. Disponibilização e integração de informações.....	139
12.10. Participação popular	140
12.11. Despesas	142

13

LEI DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (PNAMA) 143

13.1. Estrutura do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente.....	144
13.2. Objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente	145

13.3.	Princípios da Política Nacional de Meio Ambiente	146
13.4.	Servidão ambiental.....	148
13.5.	TCFA (Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental) – aspectos relevantes para os estados e Municípios.....	151

14

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE	161
--	------------

15

AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL	167
---	------------

16

AÇÃO POPULAR AMBIENTAL.....	173
------------------------------------	------------

17

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) AMBIENTAL	177
--	------------

18

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP).....	185
18.1. Conceito legal	185
18.2. Natureza Jurídica.....	185
18.3. Quais são as áreas que a lei considera como APP?	186
18.4. Julgados do STF/STJ relacionados ao tema	189

19

REGIME JURÍDICO DA RESERVA LEGAL.....	195
19.1. Quais são os percentuais da reserva legal?	196

20

LICITAÇÕES VERDES	201
20.1. Licenciamento Ambiental.....	203

21

ZONEAMENTO AMBIENTAL	207
-----------------------------------	------------

22

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)	211
22.1. Gerenciamento da SNUC.....	215
22.2. Unidades em espécie	216
22.2.1. Proteção integral.....	217
22.2.2. Unidades de uso sustentável	220
22.3. Criação/extinção das Unidades de Conservação	225
22.4. Zona de Amortecimento.....	225
22.5. Mosaico.....	226
22.6. Plano de Manejo	227
22.7. Espécies não autóctones	227
22.8. Reserva da Biosfera.....	228
22.9. Exploração de Recursos Ambientais	229
22.10. Órgãos da SNUC	230
22.11. Julgados importantes	231

23

TUTELA PENAL DO MEIO AMBIENTE	239
--	------------

24

POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS 257

- 24.1. Instrumentos 258
- 24.2. Qual o prazo máximo da outorga? 261
- 24.3. É preciso outorga para fazer um poço artesiano? 263
- 24.4. Comitês de Bacias Hidrográficas 267
- 24.5. Agências de Água 269
- 24.6. Organizações Cíveis de Recursos Hídricos 271

25

CONCESSÃO FLORESTAL (GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS)

- LEI Nº 11.284 DE 2006 273

- 25.1. Princípios da gestão florestal 273
- 25.2. Comercialização de créditos de carbono 274
- 25.3. Conceito legal de concessão florestal 278
- 25.4. Prazos 278
- 25.5. Critérios na licitação da concessão florestal: maior preço ou melhor técnica 278
- 25.6. Vedações legais de outorga 280
- 25.7. Reserva absoluta 280
- 25.8. Auditorias florestais 281
- 25.9. Julgados importantes 281

26

RACISMO AMBIENTAL 283

27

CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) 287

28

CONTROLE DO DESMATAMENTO..... 291

29

DA PROIBIÇÃO DO USO DE FOGO E DO CONTROLE DOS INCÊNDIOS..... 293

30

REGIME DE PROTEÇÃO DAS ÁREAS VERDES URBANAS..... 297

31

QUESTÕES DE PROVAS ORAIS..... 299

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 313